



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

----- ATA N.º 18/2012 -----

-----Aos quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e doze, no edifício dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a Presidência de José Carlos Alexandrino Mendes, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: **Mário Américo Franco Alves, José Carlos Nunes Mendes, José Francisco Tavares Rolo, Paulo Jorge Gonçalves Rocha, Telma da Conceição Correia Martinho e Maria da Graça Madeira de Brito da Silva.** -----

-----Secretariou a presente reunião, o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, João Manuel Nunes Mendes.-----

-----Depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram dez horas.-----

-----RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA-----

**DOC. 1**

-----Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria respeitante ao dia **3 de setembro de 2012**, cujo saldo disponível em receita orçamental é de **1.887.432,05 € (um milhão, oitocentos e oitenta e sete mil, quatrocentos e trinta e dois euros e cinco cêntimos)**, conforme documento em anexo e que fica a fazer parte integrante desta ata. -----

ASSUNTOS

**1 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----Não se encontrando presente nenhum munícipe não se registou qualquer intervenção.-----

**2 - ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----**2.1 – INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**-----

-----O Presidente da Câmara antes de dar início ao período antes da ordem do dia deu conhecimento à Câmara Municipal que, derivado aos vários incêndios que assolaram o concelho de Oliveira do Hospital nos últimos dias, face às condições climatéricas que se fizeram sentir na nossa região, esteve ontem reunido em comissão reduzida com os responsáveis das diversas entidades que compõem a Comissão Municipal de Proteção Civil, tendo a mesma decidido ativar o Plano Municipal de Emergência e de Proteção Civil, sublinhando que “esta decisão foi tomada como forma de “pressionar a Proteção Civil” para enviar mais meios para o combate ao incêndio, que como confessou tomou elevadas proporções como nunca tinha visto. Disse ainda que, desta decisão, foi dado conhecimento à Autoridade Nacional de Proteção Civil por intermédio do Centro Distrital de Operações de Socorro de Coimbra e publicado na página do município. Informou que, para além dos meios utilizados pelas corporações dos Bombeiros Voluntários que estiveram presentes no combate aos incêndios estiveram ainda no terreno algumas máquinas cedidas pelos Municípios de Góis, Arganil e Penacova. Realçou também todo o trabalho que foi feito no sentido de evacuar as



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

peças residentes nas localidades de Rio de Mel, do Parceiro, do Covão e do Alentejo, que acabaram por pernoitar no Hotel Rural da Fundação Albino Mendes da Silva em São Gião. Fez saber que, quando o incêndio começou a deflagrar na população de Rio de Mel, a situação esteve tão complicada que se temeu mesmo o pior face à escassez de meios de combate, frisando que “mesmo assim foi possível distribuí-los corretamente e acabou por correr tudo bem”. Verificou que “foi um quadro de terror”, salientando que “até os próprios bombeiros se mostraram fragilizados face à violência do incêndio. Vi o adjunto de comando, Paulo Sousa, chorar que nem uma criança”.

-----Sobre o assunto, o vereador Mário Alves considera que “é urgente pressionar o poder político (Governo) a definir perímetros de segurança entre as habitações e os espaços florestais, defendendo que seja aplicada à lei. Considera que “só por via da aplicação da “coima” é que os proprietários se tornam cumpridores e se evita que, numa situação de catástrofe como esta, o fogo possa chegar às habitações”. Disse ainda entender que, a Câmara Municipal deveria fazer chegar ao Sr. Ministro da Administração Interna informação relativa às dificuldades sentidas no terreno, ou seja, da inoportunidade de ação do Comando a este nível, frisando que “é importante ouvir aqueles que todos os dias combatem incêndios”, criticando o tempo que se perde em reuniões de comando e ao facto de, nestas situações, “não se ouvir, quem se deve ouvir, como os bombeiros que percorrem o terreno durante todo o ano”. Referiu considerar importante que o conhecimento seja alicerçado àquilo que é a prática, para que, efetivamente, se possam evitar catástrofes de nível maior, à semelhança do que, recentemente, aconteceu na região do Algarve. Alertou também para o incumprimento por parte dos proprietários na limpeza do necessário perímetro de segurança entre as suas habitações e os espaços florestais. -----

-----O vereador José Carlos Mendes tomando uso da palavra referiu que “são situações que nos servem de exemplo”, salientando que “o comando deveria efetivamente estar nas mãos de quem conhece o terreno, ainda que assessorados por pessoas com conhecimentos nesta matéria”.-----Entende no entanto que “a decisão final deve caber a quem conhece o terreno”. No que se refere ao necessário perímetro de segurança que deve existir entre as habitações e os espaços florestais defendeu que, no próximo ano, sejam as respetivas juntas de freguesia a fazer um levantamento das situações de risco e a chamar a atenção dos proprietários, com a indicação de que “ou limpam ou são multados”. -----

-----Pelos membros presentes foram ainda tecidas breves considerações relativamente à eventual criação de um programa de apoio à reflorestação da área ardida. -----

## **2.2 – INTERVENÇÃO DO VEREADOR MÁRIO ALVES**-----

### **-----2.2.1 – ÚLTIMA LISTAGEM DOS PROJETOS DEFERIDOS E INDEFERIDOS-----**

-----Depois de questionado pelo vereador Mário Alves acerca do processo de licenciamento de obras particulares requerido pela empresa Repsol Gás Portugal, S.A., conforme consta na listagem de projetos deferidos e indeferidos, correspondente ao período de 3 e 30 de agosto de 2012, o Presidente da Câmara informou que o referido processo diz respeito à construção de um depósito de gás e não à instalação de um posto de combustíveis, nos terrenos da Fundação Aurélio Amaro Diniz, como deduziu aquele autarca. -----

### **2.2.2 – MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS, JARDINS E MOBILIÁRIO URBANO NA CIDADE**-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----O vereador Mário Alves começou por referir que “há pequenas coisas que se vêem hoje que demonstram aquilo que é o desleixo de quem trabalha para o município”. Prosseguiu referindo que “eu não acredito que os funcionários/responsáveis não vejam por aí o mesmo que nós vemos, desde sinais de trânsito dobrados, dísticos colocados nos sinais (STOP) e caixas de saneamento cujas tampas estão demasiado baixas e propícias a que ponham em causa a segurança do próprio peão”. Disse entender que, no que se refere, às caixas de saneamento, a Câmara Municipal deveria reclamar junto do adjudicatário responsável pelas últimas obras de remodelação da cidade a sua reposição, frisando que “a Câmara Municipal pagou, e como tal, deve ter o serviço bem feito a esse nível”. Lembrou que o mesmo deve ser tido em conta relativamente à reposição de cubos nos passeios da cidade, sublinhando que “é um trabalho que até pode ser feito por qualquer funcionário desta Câmara”. Chamou também à atenção para a necessidade de se proceder à reposição de um conjunto de plantas no jardim do Largo Ribeiro do Amaral, verificando que “hoje as condições comerciais são más, quanto menos atrativa for a cidade pior será, e portanto, as nossas condições de atractibilidade têm fundamentalmente a ver com isto porque as pessoas gostam de entrar na cidade e ver que as zonas ajardinadas estão cuidadas”. -----

-----Para além destas questões o vereador Mário Alves disse ainda constatar a existência de afixação de publicidade abusiva, defendendo a criação de uma equipa para que toda a publicidade que seja colocada sem licenciamento seja retirada de imediato. -----

-----O Presidente da Câmara disse tratar-se de um trabalho que já está a ser articulado pelos serviços técnicos da autarquia, dando conta que o problema dos bancos e das papeleiras já foi resolvido. -----

-----Sobre o assunto o vereador Mário Alves frisou “mal resolvido”, referindo que “quem faz este serviço tem que ter a mínima noção de que está a realizar um trabalho de recuperação/restauração” constatando que o banco colocado em frente ao Café Portugal tem uma ou duas ripas partidas e outras precisam de reaperto/reajustamento. -----

-----O Presidente da Câmara fez ainda saber que, por força da abertura do novo ano letivo, ordenou aos serviços técnicos da autarquia para que procedam à reposição da pintura das passadeiras para peões existentes na cidade. -----

-----O vereador Mário Alves disse entender que “não serve de nada estarmos a recuperar as passadeiras se não taparmos as fendas existentes no pavimento”. Considera que “existem algumas zonas críticas em que situações deste género deveriam ser colmatadas para evitar problemas no futuro”.-----

### **3 - ORDEM DO DIA**-----

#### **3.1 - LICENCIAMENTO DE ATIVIDADE DESPORTIVA:**-----

##### **-----3.1.1 - FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CICLOTURISMO E UTILIZADORES DE BICICLETA (FPCUB) - I AUDACE DE ALPIARÇA ATÉ À TORRE-----**

D.A.G.F./Proc.69/4

-----Requer a emissão de parecer favorável à passagem do passeio mencionado em epígrafe nos dias 8 e 9 do corrente mês pelo Município de Oliveira do Hospital. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, não se por à passagem pelo Município de Oliveira do Hospital do passeio em causa, bem como emitir parecer favorável, conforme requerido, nos termos do disposto no Decreto-Lei nº 310/02, de 18 de dezembro, na atual redação.-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

**3.2 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS:** -----

**A) AUTARQUIAS:** -----

**A-1) FREGUESIA DE SEIXO DA BEIRA** -----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que atribua à **Freguesia de Seixo da Beira**, um subsídio no montante de **2.500,00 € (dois mil e quinhentos euros)**, como comparticipação nas despesas tidas com a realização da Festa/Feira do Pão, Bolos e Bolas nos dias 25 e 26 de agosto de 2012. -----

-----O vereador Mário Alves discordou da proposta apresentada por entender que a Câmara Municipal está a atribuir uma verba para apoiar a realização de uma atividade que “vende”, não “compra”, salientando que “a Câmara Municipal está a atribuir uma verba para festas”. -----

-----O Presidente da Câmara lembrou que a Câmara Municipal também pagava ao Grupo VIVARTE para atuar na Festa do Bodo e Feira de Artesanato da freguesia de Vila Pouca da Beira, ao que o vereador Mário Alves esclareceu que o Grupo VIVARTE constava de uma animação própria daquela feira, frisando que “isto não tem nada a ver com os espetáculos que a junta de freguesia de Seixo da Beira pretende fazer, e que a Câmara Municipal está a pagar, erradamente”. --

-----Interveio o vereador José Carlos Mendes referindo que “na verdade deve ter-se em conta tudo aquilo que foi dito em anteriores reuniões no sentido de resolver este tipo de situações, para que a Câmara Municipal não ande, sistematicamente, a atribuir subsídios, neste ritmo, sem tomar medidas”. -----

-----O Presidente da Câmara disse tratar-se de um subsídio equiparado aos que foram atribuídos quer à freguesia de Vila Pouca da Beira, como apoio à Festa do Bodo e Feira de Artesanato, quer à freguesia de Aldeia das Dez para a realização da Festa da Castanha. -----

-----Relativamente a Aldeia das Dez o vereador Mário Alves disse entender que, face ao que foi discutido no início desta reunião “no caso de Aldeia das Dez, a verba até deveria ser mais elevada para incentivar a plantação de castanheiros”. Mais referiu que “temos que ver as coisas em função daquilo que são os objetivos cruciais”. Salientou que, no caso de Aldeia das Dez, a Câmara Municipal está a apoiar a venda de um produto, que é a Castanha, e quanto mais castanheiros lá tivermos, menos pinheiros haverá. Disse igualmente que, na sua opinião, a Câmara Municipal deveria criar um projeto destinado a apoiar e a incentivar a plantação de castanheiros, posição que foi corroborada pelo vereador José Carlos Mendes. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos favoráveis dos vereadores José Francisco Rolo, Graça Silva, José Carlos Mendes, Telma Martinho e Paulo Rocha e do Presidente da Câmara, e o voto contra do vereador Mário Alves, aprovar a presente proposta.

-----O vereador Mário Alves declarou votar contra a aprovação da presente proposta por considerar que “o subsidio ora atribuído não é para incentivar uma atividade mas exclusivamente para proporcionar festa noturna à comunidade daquela freguesia”. -----

**3.3 - PAGAMENTO DE INDEMNIZAÇÃO:** -----

**3.3.1 - HERDEIROS DE MANUEL MENDES SIMÕES - RUA DO VALADO (ERVEDAL DA BEIRA)** -----

D.A.G.F.

-----Prestados os necessários esclarecimentos relativamente ao processo mencionado em epígrafe, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, adiar o assunto para uma



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

próxima reunião a fim de reunir informação adicional que permita identificar os herdeiros em causa e dar início ao processo administrativo conducente à resolução desta questão, dentro da legalidade. -----

**3.4 - OBRAS PARTICULARES:**-----

-----**3.4.1 - LISTAGEM DE PROJETOS DEFERIDOS E INDEFERIDOS**-----

**D.P.G.T./DOC.2**

-----O Presidente da Câmara deu conhecimento à Câmara Municipal dos Despachos que recaíram sobre os processos de licenciamento de obras particulares, no período compreendido entre 3 e 30 de agosto de 2012, conforme listagem que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata. -----

**3.5 - PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE TAXAS DE IMI PARA O ANO DE 2013**-----

**DOC.3**

-----Tendo presente a proposta de fixação de Taxas de IMI para o ano de 2013, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata, e no seguimento da deliberação camarária de 7 de agosto de 2012, o vereador Paulo Rocha informou que após solicitação à Repartição de Finanças de Oliveira do Hospital de uma amostra relativamente aos efeitos da avaliação geral dos prédios urbanos, foi elaborado o mapa, que se junta à referida proposta, salientando que “o referido documento apresenta uma amostra constituída por 24 prédios de várias freguesias (Oliveira dos Hospital, Aldeia das Dez, Bobadela, Ervedal da Beira, Avô e Alvôco das Várzeas), inscritos na matriz desde a década de 70 até ao ano 2000”. Mais referiu que aquilo que se pode confirmar é o pressuposto que tinha sido afirmado pelo Sr. Presidente da Câmara na proposta de manutenção das taxas apresentada na reunião supracitada. Esclareceu que “do efeito global da aplicação da nova taxa de IMI (0,35% sobre o valor patrimonial dos prédios urbanos avaliados) não resulta um acréscimo significativo de receita significativo, sublinhando que “no caso em apreço não considerarei esse fator porque não sei quais são os prédios que eventualmente estão isentos de IMI por força do rendimento dos seus proprietários, e que quer dizer que temos uma variação na receita de 50,00 €, com as cláusulas de salvaguarda, bastando um dos prédios estar isento para a receita ser igual e se houver 2 prédios isentos a mínima baixará”. Referiu que “a amostra não é objetivamente significativa, mas aquilo que notamos é que no caso dos prédios mais antigos o valor sobe, mas no caso dos prédios mais próximos do ano de 2003 (correspondente à inscrição na matriz), o que acontece com a aplicação de uma nova taxa, em alguns casos, é que até baixa o valor a pagar relativamente ao montante que era pago, ou seja, não mantém, baixa o valor a pagar”. Prestados os necessários esclarecimentos declarou estar convicto de que a manutenção das taxas, neste primeiro ano, será a melhor solução para a Câmara Municipal com a possibilidade de, em maio do ano de 2013, aquando do primeiro recebimento, poder ponderar os efeitos desta avaliação geral. Salientou que “isto confirma as nossas expectativas, ou seja, contrariamente àquilo que havia sido dito inicialmente, a avaliação geral dos prédios urbanos, em termos globais não vai trazer um acréscimo significativo de receita para a autarquia, pelo menos até 2014, face à cláusula de salvaguarda prevista no artigo 5º (15-O) da Lei nº 60-A/2011, de 30 de novembro”. -----

-----Interveio o vereador Mário Alves referindo que “em 2013 é aplicada a cláusula de salvaguarda em que o aumento verificado não ultrapassará os 75,00 € ou um terço da diferença do valor do IMI, o que significa que em 2014, os casos de um terço, nenhum deles, é diferença como abrangido pela referida cláusula, porque depois passa a ser um terço, não do valor inicial mas do valor que pagou no ano anterior. E portanto significa que, nos casos exemplificados na amostra em





MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

apreço, em 2014. Nenhum dos casos analisados será abrangido pela cláusula de salvaguarda. Considera no entanto que “tem que efetivamente ser feita a atualização porque não se justifica que um prédio urbano em Oliveira do Hospital esteja avaliado em 8.000,00 €”. Defende assim que “por uma questão de prudência se mantenha a atual taxa”, frisando que “nunca fui incoerente nem gosto de ser incoerente nas decisões que tomo”.-----

-----Tomando uso da palavra, o vereador José Carlos Mendes referiu que “o quadro que nos foi apresentado, considerando que é apenas uma amostra, não tem grande significado”. Disse estar consciente que o aumento que se vai registar é efetivamente significativo, corroborando a posição do vereador Mário Alves no que se refere à cláusula de salvaguarda por reconhecer que limita qualquer alteração face a aumentos superiores a 75,00 €. Considera que, no próximo ano, vai ter que se registar uma diminuição da taxa uma vez que vai aumentar significativamente a receita do imposto para o município. Declarou assim que “tendo em conta essa questão relacionada com a cláusula de salvaguarda, voto favoravelmente, mas não tenho dúvidas de que a Câmara Municipal, no próximo ano, terá que fazer uma análise mais aprofundada sobre este assunto”.-----

-----O vereador José Francisco Rolo dirigindo-se ao vereador Mário Alves disse que “por uma questão de prudência, quando fui vereador da oposição, no mandato anterior, é verdade que propus um abaixamento da taxa de IMI nos dois segmentos, e por essa razão pedi que fosse feita uma simulação dos impactos da taxa então em vigor e da sua redução para depois decidirmos em coletivo qual era a redução da taxa que deveria ser assumida, quer para os prédios avaliados, quer para os não avaliados. E por uma questão de coerência, naturalmente que, aquando da análise desta proposta, em sede do executivo em permanência, defendi que fosse feito este estudo com uma simulação da aplicação das taxas”. Declarou ainda que “por essa mesma razão defendi este estudo e esta simulação e por força do mesmo registo de prudência que tive desde o início, quando fiz a primeira proposta no anterior mandato, sou a favor da manutenção das taxas”.-----

-----O Presidente da Câmara disse corroborar das diversas opiniões aqui formuladas, sublinhando que “isto é efetivamente uma amostra muito reduzida, mas penso que, no próximo ano, estaremos numa condição diferente para poder analisar esta matéria. -----

-----O vereador Paulo Rocha esclareceu que “o programa da Autoridade Tributária onde são inseridos os dados da avaliação não nos permite obter uma informação tão simples quanto esta, ou seja, saber qual é que era o valor patrimonial dos prédios, antes da avaliação, e qual é que é o valor dos prédios depois da avaliação”. Mais referiu que, tendo em conta esse fator reconhece que a amostra não é representativa/significativa, salientando que “permite-nos ter uma ideia de que de facto há prédios que baixam em termos do pagamento, o que não é normal numa situação destas”. -

-----**Depois de analisada foi a presente proposta colocada à votação tendo a Câmara Municipal, face aos elementos fornecidos pela Repartição de Finanças de Oliveira do Hospital e por uma questão de prudência, para que não exista perda de receita para o Município, deliberado, por unanimidade, manter as taxas aplicadas no ano de 2012. -----**

----- **Foi assim deliberado, por unanimidade, propor à Assembleia Municipal, para aplicação no ano 2013, nos termos do n.º 5 do artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, a fixação, em 0,65 %, da taxa prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e em 0,35 %, da taxa prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis. -----**

**3.6 - RECENSEAMENTO ELEITORAL 2012 - TRANSFERÊNCIA DE VERBAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS** -----

D.A.G.F./Procº 16



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----Foi presente pelo Presidente da Câmara o ofício nº 101263/2012DGAI, de 13 de agosto, remetido pela Direção-Geral de Administração Interna, a comunicar que estão a ser processadas, a favor das Câmaras Municipais, as transferências de verbas a que se refere o nº 1 do artº. 72º da Lei nº 13/99, de 22 de março, na atual redação. -----

-----Na sequência desta comunicação, o Presidente da Câmara propôs que, depois de rececionadas, estas verbas sejam transferidas para as Juntas de Freguesia. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta. -----

**3.7 - PROJETO DE REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE ---**  
**D.A.G.F.**

-----Na sequência da deliberação camarária de 12 de junho de 2012 e considerando que durante a apreciação pública do Projeto de Regulamento do Conselho Municipal de Juventude, não foram apresentadas quaisquer sugestões sobre o mesmo, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e nos termos do disposto na alínea a) do nº 6 do artigo 64º do Decreto-Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, submetê-lo à aprovação da Assembleia Municipal.-----

**3.8 - ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO: -----**

**3.8.1 - RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS Nº 70/2012-----**  
**D.A.G.F./DOC.4**

-----No âmbito da execução de cadastro predial a levar a efeito no concelho de Oliveira do Hospital, foi presente pelo Presidente da Câmara a Resolução do Conselho de Ministros nº 70/2012, de 24 de agosto, publicada no Diário da República, I Série, nº 264, tendo a Câmara Municipal tomado conhecimento do seu teor, conforme documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata. -----

**4 - ASSUNTOS DOS SENHORES VEREADORES: -----**

**4.1 - INTERVENÇÃO DO VEREADOR JOSÉ FRANCISCO ROLO -----**

**4.1.1 - AÇÃO SOCIAL: -----**

**4.1.1.1 – EMERGÊNCIA SOCIAL - PEDIDO DE COLOCAÇÃO EM HABITAÇÃO SOCIAL-----**

**D.A.G.F.**

-----Sob proposta do Vereador José Francisco Rolo, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e de acordo com a informação social nº 25/GASS, datada de 24 de agosto de 2012, integrar o agregado familiar da D. Almerinda da Silva Gomes, residente no lugar e freguesia de Seixo da Beira, temporariamente (por um período de 6 meses a um ano) e sujeito a reavaliação decorrido esse tempo, na casa nº17 do Bairro João Rodrigues Lagos, em Oliveira do Hospital, mediante o pagamento de uma renda de 50,00 € (cinquenta euros) mensais. -----

**4.1.2 - ANTÓNIO MANUEL GUILHERME FERNANDES-----**

**D.A.G.F.**

-----Tendo presente a exposição apresentada pelo Sr. António Manuel Guilherme



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

Fernandes, com o registo de entrada nº 10090/2012, de 28 de agosto, a solicitar uma comparticipação nos custos tidos com a reparação da sua cadeira elétrica que por ocasião da EXPOH sofreu uma avaria no motor derivado ao esforço que foi necessário fazer para entrar no Parque do Mandanelho a fim de colaborar no stand da Associação de Deficientes de Oliveira do Hospital, uma vez que as rampas de acesso àquele espaço estiveram inacessíveis durante a realização daquela feira, a Câmara Municipal, após os esclarecimentos prestados pelo vereador José Francisco Rolo face ao argumento apresentado, deliberou, por unanimidade, adiar a análise e discussão deste assunto para uma próxima reunião a fim de solicitar a emissão de relatório social. -----

**-----4.1.3 – CANDIDATURAS AO ATIVOSOCIAIS – PROGRAMA DE APOIO E INTEGRAÇÃO SOCIAL-----**

**D.A.G.F./DOC.5**

-----Na sequência da apresentação pública do AtivoSociais – Programa de Apoio e Integração Social, das sessões de divulgação, do contacto personalizado com todas as IPSS's e Juntas de Freguesia do concelho e da informação disponibilizada no *site* do Município, foi presente pelo vereador José Francisco Rolo a informação nº 50, datada de 31 de agosto de 2012, do Gabinete de Inserção Profissional, a dar conta das candidaturas que foram apresentadas até àquela data, documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata. -----

**-----A Câmara Municipal tomou conhecimento.-----**

**4.2 - INTERVENÇÃO DA VEREADORA GRACA SILVA-----**

**-----4.2.1 - PEDIDO DE SILO AUTO – “OHS XXI”-----**

**D.A.G.F.**

-----Requer autorização para a utilização do parque de estacionamento subterrâneo (silo auto) do Largo Ribeiro do Amaral, em Oliveira do Hospital, para a realização de um concerto a levar a efeito no dia 29 de setembro do corrente ano, com início às 22:00 horas e término às 04:00 horas do dia seguinte. Para o efeito solicita ainda algum apoio logístico bem como a isenção do pagamento das taxas relacionadas com a emissão das licenças necessárias à prossecução do evento em causa. -----

**-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, atender ao solicitado, devendo no entanto ser salvaguardo o descanso da população ali residente.-----**

**-----Foi igualmente deliberado isentar a OHS21 – Associação Cultural e Multimédia de Oliveira do Hospital do pagamento das taxas relacionadas com a emissão das licenças necessárias à prossecução do evento em causa nos termos do Regulamento Geral de Taxas Municipais.-----**

**4.3 - INTERVENÇÃO DO VEREADOR PAULO ROCHA-----**

**-----4.3.1 – MAPA DE FUNDOS DISPONÍVEIS DO MUNICÍPIO - MÊS DE SETEMBRO/2012-----**

**D.A.G.F./DOC.6**

**-----A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o Mapa de Fundos Disponíveis do Município de Oliveira do Hospital referente ao mês de setembro, documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata.-----**





MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

**4.4 - PROPOSTA DOS CIDADÃOS E ENTIDADES A HOMENAGEAR EM 7 DE OUTUBRO**-----

-----A Câmara Municipal por proposta do Presidente da Câmara deliberou, por unanimidade, retirar este assunto da presente ordem do dia. -----

**5 - OUTROS ASSUNTOS:**-----

-----Sob proposta do Sr. Presidente, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e nos termos do artº 19º do Decreto-Lei 442/91, de 15 de novembro, na sua atual redação, incluir na Ordem do Dia os seguintes assuntos: -----

-----**5.1 - MAPA DE TRANSPORTES**-----

D.A.G.F./DOC.7

-----Nos termos do disposto no nº 3 do artigo 65º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro na atual redação, o Presidente da Câmara deu conhecimento à Câmara Municipal dos Despachos que recaíram sobre os pedidos de cedência de transportes, no período compreendido entre 18 de agosto e 3 de setembro de 2012, e que constam do mapa que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata. -----

-----**5.2 - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO**-----

D.A.G.F.

-----Na sequência da deliberação camarária de 28 de junho de 2012 e considerando que durante a apreciação pública da proposta de alteração ao Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo, não foram apresentadas quaisquer sugestões sobre o mesmo, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e nos termos do disposto na alínea a) do nº 6 do artigo 64º do Decreto-Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, submetê-la à aprovação da Assembleia Municipal.-----

----- **APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA** -----

-----De acordo com o disposto no nº 3 do artigo 92.º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, a Câmara Municipal deliberou, **por unanimidade**, aprovar a presente ata em minuta. -----

-----A presente ata foi distribuída a todos os presentes e por eles assinada, procedimento que dispensa a respetiva leitura conforme determina o nº 4 do D. L. 45.362, de 21 de novembro de 1963. - -----

----- **CONCLUSÃO DA ATA**-----

-----E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Senhor Presidente encerrada a reunião, pelas **treze horas e quinze minutos**, da qual para constar se lavrou a presente ata, que vai ser devidamente assinada pelos Senhores Vereadores que o desejarem e que eu, \_\_\_\_\_, na qualidade de secretário redigi. -----



**REUNIÃO ORDINÁRIA  
PÚBLICA DE 4 DE  
SETEMBRO DE 2012**

**MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL**

**-----Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, 4 de setembro de 2012-----**

**Presidente**

---

**Vereadores**

---

---

---

---

---

---



**REUNIÃO ORDINÁRIA  
PÚBLICA DE 4 DE  
SETEMBRO DE 2012**

**MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL**

**Documentos anexados ao final desta ata ao abrigo do  
Decreto-Lei 334/82, de 19 de agosto.**